Artigo 1º - Para o exercício de 2017, a linha de base da receita tributária, para fins de pagamento da Participação nos Resultados - PR, instituída pela LC 1.059-2008, fica fixada em R\$ 154.050.801.456,06.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º-1-2017.

Resolução SF 26, de 07-03-2017

O Secretário da Fazenda, à vista do disposto na Lei Complementar 1.059, de 18-9-2008, e no artigo 5º da Resolução SF 39, de 17-4-2017, faz saber que:

Artigo 1º - Os Índices de Cumprimento de Metas das Unidades da Administração Tributária - ICAT, relativos à Participação nos Resultados - PR do exercício de 2017, correspondem aos valores constantes do Anexo a esta resolução.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO
NOTA DE APURAÇÃO DOS INDICADORES DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - PR
EXERCÍCIO DE 2017**

1. A metodologia para o cálculo do indicador receita tributária (I1), a que se refere o inciso I do artigo 1º da Resolução Conjunta CC/SG/SPG-1, de 23/03/17, estabelece que seu valor corresponde à soma das seguintes parcelas: ICMS, IPVA, ITCMD, Taxas e Parcelamentos Especiais.

2. O Índice de Cumprimento de Metas - IC da receita tributária é calculado pela razão entre a diferença da receita efetiva e a previsão da receita e a diferença da meta e a previsão da receita.

$$(1) IC = \frac{(REC - EF - RT) - (PREV - RT)}{(META - RT) - (PREV - RT)}$$

3. A previsão anual de receita do ICMS para o exercício de 2017 foi calculada em R\$ 131.590,51 milhões. Esse valor resulta da atualização monetária da receita de ICMS de 2016 (R\$ 125.186,53 milhões) pelo IPCA médio de 2017 (3,45%), multiplicada pelo produto, somado da unidade, do crescimento do PIB do Estado de São Paulo de 2017 (1,61%). A receita de ICMS de 2016, anteriormente citada, inclui os créditos acumulados utilizados para pagamento de impostos (R\$ 1.030,21 milhões), ressarcimentos decorrentes da cobrança do imposto por substituição tributária (R\$ 2.306,18 milhões), receita de dívida ativa (R\$ 493,18 milhões) e valores de multas, juros de mora e acréscimos financeiros de parcelamentos ordinários (R\$ 238,11 milhões).

4. Para o IPVA, a previsão de receita foi calculada em R\$ 13.291,65 milhões, resultado da soma da receita esperada do IPVA cobrado sobre o estoque de veículos existentes não isentos ou sem imunidade tributária, fabricados de 1997 a 2016 (R\$ 12.592,78 milhões) e da receita esperada do IPVA incidente sobre a venda de novos veículos (R\$ 698,87 milhões).

5. A receita esperada do estoque de veículos existentes foi obtida a partir da multiplicação do valor venal dos veículos pela alíquota correspondente, descontada a taxa de inadimplência média dos últimos três anos (8,43%), medida em janeiro do exercício seguinte.

6. A receita esperada com o IPVA incidente sobre os novos veículos é obtida a partir da multiplicação do número de novos veículos vendidos, pelo preço médio dos veículos e da alíquota do imposto. Os dois primeiros itens são obtidos respectivamente do banco de dados da Coordenadoria da Administração Tributária - CAT e da Tabela FIPE, enquanto a alíquota é 4% para automóveis, 2% para motos, 1,5% para caminhões e 3,7% para utilitários.

7. O preço dos veículos novos é a média dos preços dos veículos mais vendidos em cada categoria obtidos mensalmente da tabela FIPE. Para a avaliação do exercício de 2017, foram considerados respectivamente os seguintes valores para automóveis, motos, caminhões e utilitários: R\$ 58.317,46, R\$ 10.706,06, R\$ 246.065,81 e R\$ 88.541,28.

8. A previsão de receita do ITCMD é igual à média da receita arrecadada nos três últimos exercícios (R\$ 2.164,67 milhões).

9. No que tange às taxas, a previsão de receitas é o resultado da arrecadação de taxas do ano anterior (R\$ 5.623,01 milhões) corrigido pela variação da UFESP entre 2016 e 2017, que foi de 6,45%. O cálculo gerou uma previsão de R\$ 5.985,70 milhões.

10. Por último, a receita esperada de parcelamentos especiais em 2017 corresponde ao fluxo de parcelas dos parcelamentos existentes e adimplentes ao final do exercício anterior, com a devida atualização monetária, descontada a taxa de inadimplência verificada nos programas, resultando em R\$ 1.018,28 milhões.

11. A soma dessas parcelas (itens 3 a 10) gera uma previsão de receita tributária de R\$ 154.050,80 milhões para o exercício de 2017, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Previsão da Receita Tributária (R\$) - 2017

ICMS	131.590.508.471,34
IPVA	13.291.646.550,40
ITCMD	2.164.669.618,38
Taxas	5.985.698.581,60
Parcelamentos	1.018.278.234,34
TOTAL	154.050.801.456,06

12. É importante ressaltar que o valor nominal da linha de base obtido no item 11 é distinto do valor fixado originalmente, pois os parâmetros citados nos itens de 3 a 7, utilizados para o cálculo da previsão, foram atualizados por ato do Secretário da Fazenda para refletir dados definitivos ou previsões mais recentes, em consonância com o normativo que define o indicador.

13. A meta anual da receita tributária (R\$ 158.029.505.015,81) foi fixada pelo normativo citado no item 1 desta nota técnica.

14. A apuração da receita tributária efetiva seguiu também a metodologia de cálculo citada no item 1 desta nota técnica.

15. Assim, a receita efetiva do ICMS no exercício de 2017 foi de R\$ 131.058,36 milhões, sendo R\$ 1.082,36 milhões dessa arrecadação provenientes de créditos acumulados utilizados para o pagamento de impostos, R\$ 2.451,15 milhões de ressarcimentos decorrentes da cobrança do imposto por substituição tributária, R\$ 456,28 milhões de valores da dívida ativa e R\$ 285,56 milhões de multas, juros de mora e acréscimos financeiros de parcelamentos ordinários.

16. A receita efetiva do IPVA no período foi de R\$ 14.918,39 milhões.

17. Com relação ao ITCMD, a receita efetiva no exercício de 2017 foi de R\$ 2.751,70 milhões.

18. A receita efetiva de taxas foi de R\$ 6.274,78 milhões.

19. Os parcelamentos especiais geraram uma receita de R\$ 3.372,39 milhões, sendo R\$ 268,63 milhões referentes ao PPI, R\$ 451,06 milhões ao Programa de Parcelamento de Débitos - PPD e R\$ 2.652,70 milhões ao Programa Especial de Parcelamento - PEP.

20. A receita tributária efetiva ao final do exercício de 2017 foi apurada com base nos sistemas de arrecadação da Coordenadoria da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda e com base na contabilidade governamental, extraída por meio do Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária - SIGEO.

Tabela 2 - Receita Tributária Efetiva (R\$) - Exercício de 2017

ICMS	131.058.364.694,40
IPVA	14.918.389.278,93
ITCMD	2.751.703.195,24
Taxas	6.274.784.726,56
Parcelamentos	3.372.392.824,31
TOTAL	158.375.634.719,44

21. Uma vez apurada a receita tributária efetiva e demonstrado o cálculo atualizado da previsão de receita, pode-se efetuar o cálculo do Índice de Cumprimento de Metas - IC da receita tributária. O IC calculado foi de 108,70%.

$$(2) IC = \frac{(158.375.634.719,44 - 154.050.801.456,06)}{(158.029.505.015,81 - 154.050.801.456,06)} = 108,70\%$$

22. Dessa forma, o índice de cumprimento de metas da receita tributária, relativo ao exercício de 2017, resultou em 108,70%.

23. Com relação aos indicadores qualitativos, I2 a I20, a que se referem os incisos II a XIV e o § 1º do artigo 1º da Resolução Conjunta CC/SG/SPG-1, de 23/03/17, o somatório dos produtos de seus índices de cumprimento de metas pelos respectivos pontos, conforme previsto no artigo 19 da mesma norma, é apresentado na Tabela 3 para cada unidade da Administração Tributária.

TABELA 3 - Indicadores Qualitativos - 2017

Demais Unidades da Administração Tributária	82,00%
DRT-02 LITORAL	72,25%
DRT-03 VALE DO PARAÍBA	73,75%
DRT-04 SOROCABA	80,75%
DRT-05 CAMPINAS	74,25%
DRT-06 RIBEIRÃO PRETO	86,25%
DRT-07 BAURUR	85,50%
DRT-08 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	73,75%
DRT-09 ARAÇATUBA	83,75%
DRT-10 PRESIDENTE PRUDENTE	92,00%
DRT-11 MARÍLIA	85,00%
DRT-12 ABCD	75,00%
DRT-13 GUARULHOS	68,00%
DRT-14 OSASCO	77,00%
DRT-15 ARARAQUARA	79,25%
DRT-16 JUNDIAÍ	75,00%
DRTC-I SÃO PAULO	79,50%
DRTC-II SÃO PAULO	67,75%
DRTC-III SÃO PAULO	77,25%

24. Consequentemente, efetuada a ponderação de que trata o artigo 19 da Resolução Conjunta CC/SG/SPG-1, de 23/03/17, entre o índice de cumprimento de metas da receita tributária (item 22) e os valores da Tabela 3, respectivamente para cada unidade da Administração Tributária, são obtidos os valores dos Índices de Cumprimento de Metas das Unidades da Administração Tributária - ICAT relativos ao exercício de 2017 (Tabela 4).

TABELA 4 - Índices de Cumprimento de Metas das Unidades da Administração Tributária - ICAT - Exercício de 2017

UNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	ICAT
Demais Unidades da Administração Tributária	99,80%
DRT-02 LITORAL	96,55%
DRT-03 VALE DO PARAÍBA	97,05%
DRT-04 SOROCABA	99,38%
DRT-05 CAMPINAS	97,22%
DRT-06 RIBEIRÃO PRETO	101,22%
DRT-07 BAURUR	100,97%
DRT-08 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	97,05%
DRT-09 ARAÇATUBA	100,38%
DRT-10 PRESIDENTE PRUDENTE	103,13%
DRT-11 MARÍLIA	100,80%
DRT-12 ABCD	97,47%
DRT-13 GUARULHOS	95,13%
DRT-14 OSASCO	98,13%
DRT-15 ARARAQUARA	98,88%
DRT-16 JUNDIAÍ	97,47%
DRTC-I SÃO PAULO	98,97%
DRTC-II SÃO PAULO	95,05%
DRTC-III SÃO PAULO	98,22%

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

Comunicado DOF-CADIN 005/2018
Considerando;
As disposições do artigo 5º e do inciso III, do artigo 29 da Lei Federal 8.666/1993;
Os termos do artigo 6º da Lei Estadual 12.799/2008;
A necessidade de justificar as alterações ocorridas na ordem cronológica dos pagamentos, conforme inciso II, do artigo 61 da Instrução 01/2008 - Área Estadual, do Tribunal de Contas do Estado e, de modo a preservar a integridade da Ordem Cronológica a ser observada pela Unidade Gestora, relaciona(m)-se a seguir a(s) PD(s) impedida(s) de pagamento devido ao(s) credor(es) estar(em) registrado(s) no CADIN Estadual.

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
200148	2018PD00045	1.753,29
TOTAL GERAL		1.753,29

COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Despacho do Coordenador, de 07-03-2018
No Processo GD0C 1000014-150389/2000: Diante dos elementos que instruem os autos, notadamente a Informação 00103/DDPE do Departamento de Despesa de Pessoal do Estado, à fl. 1017, determino a SUSPENSÃO do código 09702-X utilizado pela Sociedade Beneficente dos Médicos do Funcionalismo Brasileiro - SBMFB, para desconto em folha de pagamento, em razão do descumprimento das normas legais aplicáveis.
No Processo GD0C 1000014-165238/2000: Diante dos elementos que instruem os autos, notadamente a Informação 00222/DDPE do Departamento de Despesa de Pessoal do Estado, às fls. 1209, determino a SUSPENSÃO do código de desconto em folha de pagamento 097135-1 utilizado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Sorocabana - STEFZS, por infringência das normas legais aplicáveis.

COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

DIRETORIA EXECUTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Comunicado DEAT - Série Regime Especial 563/2017
O Diretor Executivo da Administração Tributária, em face do disposto no artigo 482, § 3º do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490/00, comunica aos interessados que, com base na Portaria CAT 53/2013, DETERMINOU, ao contribuinte a seguir identificado, a aplicação do Regime Especial "ex-offício" relativo à atribuição da condição de sujeito passivo por substituição tributária, nos termos da Portaria CAT 53/2017, por prazo indeterminado.
Expediente: 1000708-1222874/2015
Dependência: DIRETORIA EXECUTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Interessada: ALPHA CANDIES DISTRIBUIDORA
IE: 669.600.173.111 CNPJ: 09.275.000/0001-79
Comunicado DEAT - Série Regime Especial 067/2018
O Diretor Executivo da Administração Tributária, em face do disposto no artigo 482, § 3º do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000, comunica aos interessados que, com base no artigo 479-A do supramencionado Regulamento, RECONSIDEROU a decisão anterior para CONCEDER Regime Especial ao estabelecimento da interessada, abaixo identificado, que dispensa a impressão Notas Fiscais modelo 22 (NFSC), e autoriza a disponibilização em meio digital /eletrônico ao usuário dos serviços o referido documento fiscal, com vigência até 28-02-2023.
Processo: Regime Especial Eletrônico 9707/2016
Dependência: DIRETORIA EXECUTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Interessada: HUGHES TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA
IE: 149.641.056.116 CNPJ: 05.206.385/0001-61

Comunicado DEAT - Série Regime Especial 068/2018
O Diretor Executivo da Administração Tributária, em face do disposto no artigo 485, § 4º do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000, comunica aos interessados que INDEFERIU o pedido de PRORROGAÇÃO e REVOGOU o Regime Especial concedido por meio do Processo GD0C 33990-656360/2010, relacionado com a emissão de uma única Nota Fiscal mensal englobando todas as operações de movimentação de mercadorias entre os estabelecimentos rurais localizados neste Estado, cuja vigência foi até 01-03-2018.
Processo: Regime Especial Eletrônico 18996/2016
Dependência: DIRETORIA EXECUTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Interessada: AGROPECUÁRIA TERRAS NOVAS S/A
IE: 405.074.520.114 CNPJ: 07.024.787/0001-70
Comunicado DEAT - Série Regime Especial 069/2018
O Diretor Executivo da Administração Tributária, em face do disposto no artigo 485, § 4º do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000, comunica aos interessados que o Coordenador da Administração Tributária, com base no artigo 489 do supramencionado Regulamento, INDEFERIU o pedido de PRORROGAÇÃO e REVOGOU o Regime Especial concedido ao contribuinte abaixo identificado, relacionado com a suspensão do lançamento do ICMS incidente nas importações de mercadorias destinadas à industrialização e à revenda, nos termos da Portaria CAT 108/2013, cuja vigência foi até 02-03-2018.
Processo: Regime Especial Eletrônico 9734/2016
Dependência: DIRETORIA EXECUTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Interessada: TOTAL LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA.
IE: 528.044.958.110 CNPJ: 17.770.689/0001-81
Comunicado DEAT - Série Regime Especial 070/2018
O Diretor Executivo da Administração Tributária, em face do disposto no artigo 482, § 3º do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000, comunica aos interessados que o Coordenador da Administração Tributária, com base no artigo 489 do supramencionado Regulamento, PRORROGOU o Regime Especial concedido ao contribuinte abaixo identificado, relacionado com o credenciamento a que se refere a Portaria CAT 112/2013, com vigência até 29-02-2020.
Processo: Regime Especial Eletrônico 1002/2015
Dependência: DIRETORIA EXECUTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Interessada: INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S/A
IE: 143.807.184.119 CNPJ: 20.815.862/0001-80
Comunicado DEAT - Série Regime Especial 071/2018
O Diretor Executivo da Administração Tributária, em face do disposto no artigo 482, § 3º do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000, comunica aos interessados que o Coordenador da Administração Tributária, com base no artigo 489 do supramencionado Regulamento, CONCEDEU ao contribuinte a seguir identificado, CREDENCIAMENTO previsto na Portaria CAT 53/2017, com vigência até 31-01-2020.
Processo: Regime Especial Eletrônico 26898/2017
Dependência: DIRETORIA EXECUTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Interessada: CERVEJARIA PETRÓPOLIS S/A
IE: 219.079.810.110 CNPJ: 73.410.326/0003-22
Comunicado DEAT - Série Regime Especial 072/2018
O Diretor Executivo da Administração Tributária, em face do disposto no artigo 482, § 3º do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000, comunica aos interessados que, com base no artigo 479-A do supramencionado Regulamento CONCEDEU, ao contribuinte a seguir identificado, o CREDENCIAMENTO como DISTRIBUIDOR HOSPITALAR, dispensando a retenção e o recolhimento antecipados do ICMS conforme prescrevem os incisos I e II do artigo 1º da Portaria CAT 116/2017, com vigência até 28-02-2021.
Processo: Regime Especial Eletrônico 574/2015
Dependência: DIRETORIA EXECUTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Interessada: SOQUIMICA LABORATÓRIOS LTDA.
IE: 647.255.349.114 CNPJ: 59.225.268/0001-74
Comunicado DEAT - Série Regime Especial 073/2018
O Diretor Executivo da Administração Tributária, em face do disposto no artigo 482, § 3º do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000, comunica aos interessados que, com base no artigo 479-A do supramencionado Regulamento CONCEDEU, ao contribuinte a seguir identificado, o CREDENCIAMENTO como DISTRIBUIDOR HOSPITALAR, dispensando a retenção e o recolhimento antecipados do ICMS conforme prescrevem os incisos I e II do artigo 1º da Portaria CAT 116/2017, com vigência até 28-02-2021.
Processo: Regime Especial Eletrônico 24970/2017
Dependência: DIRETORIA EXECUTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Interessada: HMEDIC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
IE: 748.229.315.111 CNPJ: 72.677.933/0001-29
Comunicado DEAT - Série Regime Especial 074/2018
O Diretor Executivo da Administração Tributária, em face do disposto no artigo 482, § 3º do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000, comunica aos interessados que, com base no artigo 479-A do supramencionado Regulamento, CONCEDEU, ao contribuinte a seguir identificado, Regime Especial para autorizar a emissão de uma NF-e mensal por destinatário nas operações de remessa de petróleo entre as consorciadas, até o 5º dia útil do mês subsequente, com vigência até 28-02-2023.
Processo: Regime Especial Eletrônico 25949/2017
Dependência: DIRETORIA EXECUTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Interessada: REPSOL SINOPEC BRASIL S/A
IE: 352.027.979.113 CNPJ: 02.270.689/0002-80
Comunicado DEAT - Série Regime Especial 075/2018
O Diretor Executivo da Administração Tributária, em face do disposto no artigo 482, § 3º do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000, comunica aos interessados que, com base no artigo 479-A do supramencionado Regulamento, CONCEDEU, ao contribuinte a seguir identificado, o diferimento de 20% do lançamento do ICMS incidente na saída interna de implementos agrícolas ou de mercadoria utilizada na sua fabricação, realizada por estabelecimento fornecedor localizado neste Estado, com destino ao estabelecimento da interessada, com a finalidade de comercialização ou industrialização, com vigência até 31-03-2020.
Processo: Regime Especial Eletrônico 23394/2017
Dependência: DIRETORIA EXECUTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Interessada: MÁQUINAS AGRÍCOLAS JACTO S/A
IE: 548.001.093.117 CNPJ: 55.064.562/0001-90
Comunicado DEAT - Série Regime Especial 076/2018
O Diretor Executivo da Administração Tributária, em face do disposto no artigo 482, § 3º do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000, comunica aos interessados que, com base no artigo 489 do supramencionado Regulamento, CONCEDEU, ao contribuinte abaixo identificado, Regime Especial que lhe atribui a condição de sujeito passivo por substituição tributária, conforme inciso VI do artigo 264 do RICMS e Portaria CAT 53/2013, com vigência até 29-02-2020.
Processo: Regime Especial Eletrônico 8299/2016
Dependência: DIRETORIA EXECUTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Interessada: SONY COMPUTER ENTERTAINMENT DO BRASIL IE: 796.352.415.113 CNPJ: 19.115.969/0002-17
Comunicado DEAT - Série Regime Especial 077/2018
O Diretor Executivo da Administração Tributária, em face do disposto no artigo 482, § 3º do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000, comunica aos interessados que,

com base no artigo 479-A do supramencionado Regulamento RENOVOU a habilitação para fabricação de laque de segurança, concedida ao contribuinte abaixo identificado, com vigência até 31-12-2022.

Processo: Regime Especial Eletrônico 26481/2017
Dependência: DIRETORIA EXECUTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Interessada: SPIN SUPRIMENTOS E COMÉRCIO LTDA
IE: 112.885.820.116 CNPJ: 62.524.046/0001-67

Comunicado DEAT - Série Regime Especial 078/2018
O Diretor Executivo da Administração Tributária, em face do disposto no artigo 482, § 3º do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000, comunica aos interessados que, com base no artigo 479-A do supramencionado Regulamento, DETERMINOU a aplicação do Regime Especial "ex-offício" ao contribuinte abaixo indicado, que lhe atribui a condição de substituto tributário a que se refere o inciso VI do artigo 264 do RICMS/2000, por prazo indeterminado.
Processo: Regime Especial 1000235-706124/2017.
Dependência: DIRETORIA EXECUTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Interessada: BVX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELLI
IE: 149.839.724.113 CNPJ: 09.116.834/0001-31

DELEGACIAS REGIONAIS TRIBUTÁRIAS

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA DA CAPITAL I

Comunicado
Tendo em vista o encerramento da Ordem de Serviço Fiscal - OSF 01.1.07126/17-4, ficam NOTIFICADOS os sócios da empresa abaixo identificado, ou seu representante devidamente qualificado, a retirar os documentos da empresa no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado. Contribuinte: DKS SOLUTIONS DISTRIBUIDORA DE EMBALAGENS LTDA - ME Sócios: FRANKLIN ALVES SILVA / CPF: 019.297.155-79 VANIA REGINA DOS SANTOS / CPF: 407.355.788-26 IE: 147.702.563.114 / CNPJ/CPF: 10.562.941/0002-53 Endereço: RUA DOUTOR NELSON MADUREIRA, 365/GALPÃO - VILA NHOCUNÉ - SÃO PAULO - SP - CEP: 03.560-000 Data de Notificação: Considerar-se-á realizada esta notificação no quinto dia útil posterior ao da data desta publicação no Diário Oficial do Estado (item 1 do §4º do artigo 9º da Lei 13.457/2009) Posto Fiscal de Vinculação (local para retirada dos documentos): DRTC-I / Núcleo Fiscal 1, RUA FRANCISCO MARENGO, 1932 - TATUAPÉ - São Paulo - SP, agendar dia e horário p/retirada pelo telefone (011) 2672-9690 com AFR Frank Sai Yung Cheung ou pelo email fcheung@fazenda.sp.gov.br NF 1

Comunicado
Tendo em vista o encerramento dos Ordens de Serviço Fiscal - OSF nºs 01.1.07125/17-0 e 01.1.04516/16-0, fica NOTIFICADO o sócio da empresa abaixo identificado, ou seu representante devidamente qualificado, a retirar os documentos da empresa no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
Contribuinte: DKS -COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE EMBALAGENS LTDA Sócio: FRANKLIN ALVES SILVA / CPF: 019.297.155-79 IE: 146.451.353.115 / CNPJ/CPF: 13.505.111/0002-82 Endereço: RUA PROFESSOR FRANCISCO RUSSO, 14 - SALÃO - BAIRRO: VILA MINERVA - SÃO PAULO -SP - CEP: 08.441-340 Data de Notificação: Considerar-se-á realizada esta notificação no quinto dia útil posterior ao da data desta publicação no Diário Oficial do Estado (item 1 do §4º do artigo 9º da Lei 13.457/2009) Posto Fiscal de Vinculação (local para retirada dos documentos): DRTC-I / Núcleo Fiscal 1, RUA FRANCISCO MARENGO, 1932 - TATUAPÉ - São Paulo - SP, agendar dia e horário p/retirada pelo telefone (011) 2672-9690 com AFR Frank Sai Yung Cheung ou pelo email fcheung@fazenda.sp.gov.br

Comunicado
Processo SF 1000358-678895/2017
Tendo em vista a constatação da ocorrência da hipótese prevista no inciso III - inexistência do estabelecimento para o qual foi concedida a inscrição, do artigo 30, do Decreto 45.490/00 (RICMS), devidamente apurada mediante regular Procedimento Administrativo, nos termos das manifestações do AFR autor dos trabalhos e documentos juntados ao processo em epígrafe, e considerando a proposta formulada pelo Inspetor Fiscal, o Delegado Regional Tributário da DRTC-I-Capital, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 18, inciso II da Portaria CAT-95/2006, alterado pela Portaria CAT-63/2016, acolhe a proposta formulada e DETERMINA o enquadramento na situação cadastral NULA, com efeitos a partir de 06-09-2013 do contribuinte abaixo identificado:

ELPAK COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI
IE 142.772.410.110 - CNPJ: 04.759.382/0001-92
Endereço: Rua Hester, 44 - Fundos / Sala 06 - Bairro: Jardim Santa Maria - São Paulo -SP - CEP 03.576-010
Com fundamento no artigo 18, §1º, da Portaria CAT-95/2006, são considerados inidôneos todos os documentos fiscais de emissão atribuída à pessoa jurídica Elpak Comercio de Embalagens Eireli a partir de 06-09-2013.

Desta decisão caberá recurso ao Diretor Executivo da Administração Tributária - DEAT, sem efeito suspensivo, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado, nos termos do artigo 19 da Portaria CAT-95/2006, alterado pela Portaria CAT-63/2016.
Processo SF 1000371-306640/2017
Tendo em vista a constatação da ocorrência da hipótese prevista no inciso III - inexistência do estabelecimento para o qual foi concedida a inscrição, do artigo 30, do Decreto 45.490/00 (RICMS), devidamente apurada mediante regular Procedimento Administrativo, nos termos das manifestações do AFR autor dos trabalhos e documentos juntados ao processo em epígrafe, e considerando a proposta formulada pelo